

Você viu o caso Samarco? Privatização dá nisso:

lama e omissão!

O PSDB quer fazer o mesmo
com a **Caixa!** Não permitiremos!

Todos os brasileiros se sentiram entristecidos e indignados com a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos de mineração na cidade histórica de Mariana (MG), e que feriu de morte a bacia do Rio Doce até a sua foz, no litoral capixaba. Mas poucos percebem que a tragédia anunciada é apenas um exemplo de como pode ser danoso para uma nação que uma empresa estratégica esteja a serviço apenas do lucro imediato e preocupada somente com dividendos para os seus acionistas.

Pois é: enquanto mantinha barragens obsoletas e malconservadas, a mineradora Samarco, controlada pela Vale do Rio Doce, teve um lucro líquido de R\$ 2,8 bilhões em 2014. O que aconteceu com a Vale, privatizada a preço de banana, é o mesmo que se pretende fazer com a Caixa: colocar a empresa completamente a serviço dos acionistas, não do Brasil.



É isso que o PSDB - que na era FHC vendeu a Vale a preço de banana - pretende fazer com a Caixa, o BNDES, a Embrapa. Ao determinar que as empresas se constituam como sociedades anônimas, o PLS 555/15, apresentado pelo senador tucano Tasso Jereissati (PSDB-CE), mudará o ritmo da atuação da Caixa, que é ditado atualmente pelo interesse público.

Estariam ameaçados diversos programas voltados ao desenvolvimento dos brasileiros, tais como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, entre outros. Tornar a Caixa uma empresa "de mercado" seria abrir brechas aos interesses privados e traria como consequências diretas a redução dos direitos trabalhistas e a precarização dos serviços em nome do lucro.

Por toda a ameaça que representa é que a Fenae convoca todos os empregados da Caixa a mais uma vez demonstrarem sua garra e disposição para lutar, dizendo não ao PLS 555/15. Só nossa mobilização pode evitar o retrocesso!



Confira as ameaças do PLS 555 à Caixa 100% pública:

Impõe normas de gestão e controle rígidas e iguais para diferentes tipos de estatais, sem levar em conta seu porte, setor de atuação, tipo de atividade, ente da Federação a que pertença. Uma pequena Empresa Pública Municipal será regida pela mesma Lei que a Itaipu Binacional, por exemplo.

A empresa pública e a sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima. Esse é um ataque direto à Caixa e ao BNDES, os únicos bancos públicos que ainda não estão sob a forma de S.A

Os conselhos de administração das estatais seriam compostos por no mínimo 25 % por membros “independentes”. Perguntamos: independentes de quem? Na prática, os Conselheiros ditos “Independentes” representam grupos de interesse econômico privados muito bem definidos. Enquanto libera para os “independentes”, estipulam restrições para a indicação dos trabalhadores de membros C.A. e de diretorias, o que enfraquece o controle social e desvalorizam a organização dos seus empregados.

O PLS 555 apresenta como função social requisitos que não abrangem todas os aspectos necessários à atuação de uma empresa pública como por exemplo, a supremacia do inte-



resse público, a geração de emprego formal e de qualidade, o desenvolvimento econômico e social da nação e das regiões menos favorecidas, a inclusão a produtos e serviços, entre outros.

As empresas públicas e sociedades de economia mista deverão adequar seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação, o que significa um grave cerceamento da

atuação das empresas estatais como instrumentos de implementação de políticas públicas, ignorando seu papel estratégico no desenvolvimento nacional. No caso da Caixa, por exemplo, a autorização legislativa de sua criação, o Decreto – Lei N°759 de 1969, não prevê a possibilidade de atuação do Banco em programas de governo como o Minha Casa Minha Vida ou Bolsa-Família.

Finalmente, impõe regras de aplicação compulsória, com excesso de detalhamentos, e em alguns aspectos a proposição opera na lógica de tornar a gestão das estatais ainda mais dificultosa e engessada, o que carreará argumentos a favor da sua privatização, repetindo-se processos já vividos de estrangulamento das empresas que conduzem a sua perda de eficiência, fortalecendo a tese de que o Estado não deve exercer qualquer atividade econômica.





É possível lutar, é possível vencer!

Veja toda cronologia da luta e engaje-se!.

Agosto de 2015

representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, Maria Rita Serrano, descobre que o projeto está tramitando a toque de caixa e alerta as entidades para os riscos do chamado Estatuto das Estatais.

Setembro de 2015

Começa a mobilização contra o projeto, inicialmente a partir das entidades representativas dos empregados da Caixa. Rita Serrano e Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae, se encontram com o senador Paulo Paim (PT-RS), que assegura pedido de audiência pública.

Outubro de 2015

O PLS é debatido com o ministro do Trabalho e Previdência Miguel Rossetto.

Novembro de 2015

Criado o site www.diganaoapls555.com.br.m O projeto é discutido por representantes dos trabalhadores das estatais federais no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, com o apoio da CUT, CTB, CSP Conlutas, Contraf, FUP e FNP.

Dezembro de 2015

Manifestações nas agências no Dia Nacional de Luta contra o PLS 555 (14/12). Senado inicia a discussão do projeto, mas a votação é suspensa no dia seguinte após manifestações. O ministro do Planejamento Nelson Barbosa anuncia agenda de debates após reunião entre o secretário de Relações de Trabalho do Ministério, José Lopes Feijó, e integrantes da CUT, Fenae e sindicatos de petroleiros, bancários, urbanitários e trabalhadores dos Correios.

Janeiro de 2016

No dia 27 é realizado um grande seminário sobre o PLS 555 em Brasília. É aprovada a criação de um comitê nacional em defesa das empresas públicas, de caráter organizativo, com coordenação de Maria Rita Serrano. O comitê é composto com 6 centrais sindicais, a fenae e dezenas de outras entidades.

Fevereiro de 2016

Representantes das entidades fazem manifestações no Senado, para esclarecer sobre o PLS 555. Ações contra o projeto acontecem em vários estados, no Dia Nacional de Luta em Defesa das Empresas Públicas. A votação é novamente adiada.

É criada a página [/diganaoapls555](https://www.facebook.com/diganaoapls555) no facebook. O comitê nacional em defesa das empresas públicas divulga orientações para intensificar a mobilização. Nos dias 16 e 17 representantes de dezenas de categorias vão ao Senado para pedir apoio dos senadores contra a aprovação do PLS 555. A repercussão é grande e conquista adesão de parlamentares. Fica pronto o substitutivo ao projeto elaborado a pedido de vários setores, que deverá ser apresentado pelos senadores Requião e Lindbergh Farias. As manifestações suspendem a votação pela terceira vez.

Março de 2016

Ato público no dia primeiro de março, na Comissão de Direitos Humanos do Senado mexe com as estruturas do Senado. Votação não ocorre e nova data provável para apreciação da matéria é o dia 9 de março.

PLS 555:

mobilização garante adiamento, mas pressão deve aumentar para garantir a sua rejeição

Trabalhadores devem se mobilizar para barrar definitivamente projeto do PSDB que abre caminho para privatização de todas as estatais; texto continua em regime de urgência no Senado e pode ser votado na próxima quarta, dia 9

Os trabalhadores venceram mais um “round” na luta contra a privatização de todas as empresas públicas no país. Após debates e reuniões com senadores na terça e quarta-feira, dias 1º e 2 de março, em Brasília, foi adiada pela quarta vez a votação do Projeto de Lei do Senado 555 (PLS 555/2015), o chamado Estatuto das Estatais. Mas os riscos permanecem: a nova data para apreciação da matéria deve ser o dia 9 de março, se for aprovado ele segue para a Câmara de deputados, e a resistência terá que ser fortalecida.

A entrada do governo federal nas discussões, com a possibilidade de acordo sobre um novo texto para o PLS, aumenta o grau de alerta entre os trabalhadores. “Não conhecemos as bases dessa alternativa. Por conta do que ocorreu com o PLS 131 (do pré-sal), temos que redobrar nossa atenção e nossa mobilização”, afirma a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano.

A orientação do comitê é que sejam ampliadas as ações nos estados e municípios, conversando com senadores, governadores e deputados locais, pressionando tanto parlamentares quanto representantes do governo para que esse acordo, caso venha a ser formulado, possa ser aceitável.

O presidente da Fenae, **Jair Pedro Ferreira**, destacou a importância do embate no Congresso. *“Esse projeto de lei interfere na composição acionária das estatais e coloca em risco, mais uma vez, a Caixa 100% pública. Cabe a nós denunciar isso para a sociedade”*, disse.

Maria Rita Serrano alerta: *“A chamada Lei de Responsabilidade das Estatais é norteadada pelo modelo privatista. Os meios de comunicação vendem uma falsa imagem de que a privatização é o caminho para moralizar a gestão. Como se os modelos privados fossem a sétima maravilha do mundo, como se as empresas privadas não tivessem sérios problemas de governança e até mesmo de transparência”*, avaliou.

Acompanhe informações sobre o combate ao PL 555/2015 no [site www.fenae.org.br](http://www.fenae.org.br). Ou no site do comitê www.diganaoapls555.com.br

Na mensagem aos senadores, a orientação é que seja enviada a frase: “Como nosso representante eleito por voto popular, pedimos que vote contra o PLS 555. Honre o voto recebido nas eleições e seja contrário a esse projeto que é uma afronta aos interesses nacionais”. No assunto escreva **#NãoAoPLS555**.

Outra frente de atuação é o site do Senado (senado.leg.br). No canto superior direito no e-cidadania, é possível acessar o ícone de consulta pública, onde qualquer cidadão pode deixar sua opinião sobre projetos que tramitam na casa.

EU DEFENDO A
CAIXA
100% PÚBLICA
#ACAIXAÉDOPOVO

 **FENAE**